

MOÇÃO DE DENÚNCIA: O AGRAVAMENTO DA MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POR GRUPOS EDUCACIONAIS¹

Durante a pandemia, em julho de 2020, o grupo Afya Educacional adquiriu o Pebmed, que contém o Whitebook, o Nursebook e o portal Pebmed. Todas as aquisições podem ser observadas por meio de uma plataforma própria, a <https://ir.afya.com.br/acquisitions>. Em agosto, adquiriu a Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCMPB) por R\$ 380 milhões e a Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (Fesar) por R\$ 260 milhões. Há uma estratégia de ação na compra de novos *campi* em regiões mais afastadas da capital, com menor fiscalização e regulamentação. Em todo relatório de aquisição de uma nova instituição de ensino, o grupo apresenta suas metas de crescimento, como melhorar a taxa de ocupação das turmas (o que eles chamam de “atingir a maturidade”), integração com outros serviços, implementação do plano de carreira e integração curricular da Afya. Em períodos anteriores à pandemia, discentes da Itpac Araguaína durante o internato médico assistiam às aulas gravadas do Medcel em sala de aula, com um professor presente apenas para tirar dúvidas, com muitas divergências entre o professor do curso e o presencial, fato cuja ocorrência é possível em outras unidades do grupo.

Também, em julho deste ano, a Afya estreou na bolsa de valores norte-americana, a Nasdaq, e levantou cerca de R\$ 1 bilhão. O preço de cada ação do grupo ficou em US\$ 19, superando a faixa indicada de US\$ 16 a US\$ 18. No dia 21 de setembro, foram abertas 104 vagas para docentes e setor administrativo para duas faculdades que serão inauguradas no Amazonas, a Itpac Manacapuru e a Itpac Itacoatiara, por meio do Programa Mais Médicos. Em outubro de 2020, o grupo comprou também o *software* IClinic, por R\$ 182,7 milhões.

A Afya Educacional foi criada a partir da união da NRE Educacional e da Medcel. Essa fusão se deu quando o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, fazia parte do fundo Bozano (atual Crescera). Tal fundo também possui o grupo Ânima, editora Abril, Hortifruti, entre outros. Além dessas áreas, atua também na administração de hospitais e clínicas, como uma espécie de organização social, especialmente nos campos de prática das faculdades de medicina. Por suas ações totalmente enviesadas dentro da educação médica e pela sua influência governamental e em instituições relevantes da área, por meio do ministro Paulo Guedes e de sua irmã, Elizabeth Guedes, atual presidente da Associação Nacional de Universidades Privadas (Anup), muito nos preocupa a quem servirá o Sistema de Mapeamento em Educação na Saúde (Simapes), desenvolvido pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes), do Ministério da Saúde. O sistema tem como objetivo “reunir o banco de dados do e-MEC, o sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no país; do IBGE; e do cadastro nacional de estabelecimentos de saúde [...]”, mas cabe questionar a quem realmente servirá dentro de nosso atual cenário, em que

¹ Moção proposta pela Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem).

a educação médica brasileira está à mercê de grandes oligopólios educacionais, que buscam aglomerar cada vez mais pequenas universidades com pouca regulamentação.

Além desse grande “tubarão do ensino privado”, o diretor geral do Grupo Multivix anunciou no dia 9 de outubro que o Ministério da Educação (MEC) autorizou mais 100 vagas para o curso de medicina do grupo. O diretor reforça que em tempos de pandemia ficou clara a importância de profissionais da área e que o aumento do número de vagas é uma conquista para reforçar o investimento. Por outro lado, discentes das faculdades Multivix relatam ausência de infraestrutura suficiente para o corpo discente anterior e que o momento para o aumento foi oportuno, por não estarem usando a infraestrutura na pandemia e ampliarem ainda mais em número de mensalidades. Cabe lembrar que o Grupo Multivix, durante a pandemia, se tornou anunciante do Brasileirão 2020 da série B. Apenas no Espírito Santo, possui nove unidades presenciais e mais 170 polos pelo país.

Portanto, é preciso sempre lembrar do projeto de privatização da educação e sucateamento da educação pública, no qual o governo brasileiro já vem investindo há alguns anos e que é sempre apresentado sob a farsa de projeto de democratização da educação, com a ampliação de vagas e criação de novos polos privados. A educação médica brasileira é um grande cenário desse projeto e, diante disso, não há como focar em experiências pontuais, mesmo ditas “não lucrativas”, que continuam recebendo verba pública para existir. Quando colocamos a educação como uma mercadoria, torna-se impossível fazê-la condizente com os princípios do processo educativo e mantermos a qualidade adequada ao ensino e ao trabalho docente.

Sendo assim, a plenária deste 58º Cobem se posiciona contrária às escolas médicas comerciais, voltadas ao lucro acima da qualidade e à sua expansão sem regulação. Que assumamos a luta por uma educação superior popular, emancipatória e de qualidade!

Contra os cortes orçamentários na educação!

Pela revogação da Emenda Constitucional 95!

Pela união discente e docente contra a mercantilização e precarização da educação!

58º Cobem, 18 de outubro de 2020.